

Reestruturação Produtiva e Subjetividade: Uma Análise Interpretativa do Significado do Desemprego

Autoria: Daniel Gustavo Fleig

Resumo – Neste trabalho procurou-se desvendar as representações sociais elaboradas por trabalhadores em torno da perda do emprego. Para tanto, teceram-se algumas considerações teóricas a cerca do processo de reestruturação produtiva, particularizando as mudanças que vem ocorrendo nas relações de trabalho, as formas de mediação de conflitos e seus impactos na subjetividade humana. A natureza do fenômeno investigado imprimiu uma escolha teórico-metodológica cunhada nos pressupostos da abordagem interpretativa, mais especificamente analisou-se o significado da perda do emprego para os trabalhadores sob a ótica da teoria das representações sociais. Portanto, trata-se de um estudo de natureza qualitativa realizado junto a uma amostra de ex-operários de uma multinacional do setor metalúrgico-automobilístico que passou por um processo de reestruturação produtiva. As representações aprendidas acerca do desemprego convalidam a importância desta questão social no desenvolvimento da subjetividade humana, principalmente como fonte de pressão e ameaça a cidadania.

1. Introdução

O mundo do trabalho vem passando por uma transformação sem precedentes na história das relações sociais de produção. As rápidas mudanças no modo de produzir e de reprodução da vida humana estão provocando uma ruptura da centralidade do trabalho forjada pela revolução industrial. Nesse processo, os indivíduos se vêem diante de uma realidade extremamente fluida e imprevisível, afetando sobremaneira sua forma de relacionar-se e perceber o mundo.

A reestruturação produtiva ocorrida desde os primórdios da revolução industrial tem alterado de forma significativa as representações construídas pelos trabalhadores em torno da sua relação com o trabalho e a perda do emprego. A perda do emprego como produto social da reestruturação produtiva não é um fenômeno recente da história das relações de trabalho. Entretanto, ele tem se intensificado dado o cenário de intensa inovação tecnológica, de racionalização do uso da mão-de-obra, de mudança nas formas de organização e de gestão da produção.

A literatura especializada consultada revelou que existe um volume considerável de estudos sobre o desemprego sob diferentes enfoques teórico-metodológicos. A maioria desses estudos trata esse fenômeno segundo a lógica positivista de análise. Este trabalho, de forma diferenciada, abordou o papel do desemprego na constituição da subjetividade de operários desempregados, verificando os conflitos entre os empregados e as organizações. Nessa reflexão, o desemprego foi analisado considerando-se a relação entre o processo histórico de construção das relações de trabalho, particularizando as suas influências na subjetividade humana. Tratou-se, da forma pela qual os indivíduos reagem, percebem e atribuem significados ao desemprego no contexto macro social contemporâneo.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo a investigação das representações sociais elaboradas por ex-empregados em torno da perda do emprego em uma empresa do setor metalúrgico. Este trabalho foi organizado em três tópicos principais. Primeiro faz-se uma análise das inter-relações entre reestruturação produtiva, subjetividade e desemprego, buscando-se analisar as mudanças no mundo do trabalho e a subjetividade

humana, destacando-se a repercussão da perda do emprego para o homem no cenário atual. Em seguida, quanto à perspectiva metodológica, aborda-se a Teoria das Representações Sociais na busca da compreensão das práticas sociais, e, descreve-se a metodologia empregada e a caracterização dos entrevistados. Finalmente, na apresentação dos resultados das análises dos discursos, as representações sociais foram subdivididas em três categorias que abarcam diferentes espectros da vida desses trabalhadores. Assim, acredita-se que a realização desta pesquisa poderá contribuir para ampliar a base de conhecimento elaborado em torno dos efeitos do desemprego na subjetividade humana.

2. Reestruturação produtiva, subjetividade e desemprego

A compreensão das representações sociais dos trabalhadores em torno da perda do emprego requer uma análise contextualizada das transformações do mundo do trabalho e das formas de regulação social do processo de gestão das relações entre capital e trabalho, particularizando a forma pela qual essas transformações engendram alterações na constituição da subjetividade dos trabalhadores.

2.1. Reestruturação produtiva: mudanças no mundo do trabalho

As mudanças ocorridas no mundo moderno proporcionam uma descontinuidade jamais vista na história humana. O problema não se refere simplesmente às mudanças sociais, mas ao ritmo acelerado delas (Giddens, 1991). Este autor, ao caracterizar a modernidade, revela que ela possui natureza dual. Pois se por um lado, ela possibilita maior comodidade aos seres humanos, por outro, ela cria condições de risco e de total ausência de segurança. A globalização, como um traço da modernidade tardia, não deve ser entendida apenas um fenômeno econômico ou como “sistema global”. Ao contrário, devemos tratá-la como um mecanismo de transformação da noção de espaço e tempo. A globalização tem exigido que as organizações incorporem uma nova divisão internacional do trabalho, façam uma inserção mais competitiva nos mercados e racionalize os meios de produção.

Para Antunes (2000), a reorganização do processo produtivo imposto pelo movimento de globalização representa um estágio de maturação e universalização do capitalismo que se intensificou a partir da década de 1980. Para esse autor, o modelo japonês de gestão, é o principal ícone capitalista, que serviu de fonte de inspiração para a reestruturação produtiva implementadas por diversas categorias de organização. Lima (1993c) mostra como o Brasil, a exemplo da grande maioria dos países ocidentais, aderiu aos chamados “Programas de Qualidade Total” sem discussão sobre sua legitimidade, seu poder de generalização e os benefícios que proporcionariam à sociedade como um todo. Neste sentido, Castro (1998) discute o papel do Governo, dos empresários, dos sindicatos e dos especialistas na legitimação da qualidade total na reestruturação produtiva, em um esforço dos mesmos em consolidar uma visão de qualidade como a saída possível para os impasses colocados pela introdução de novas tecnologias no país e dos problemas estruturais da economia brasileira.

Esse processo de reestruturação que contemplou além da introdução de tecnologias de informação, provocou também a institucionalização de novos processos de gestão da produção e do trabalho. Estes novos processos visam oferecer uma maior racionalidade e previsibilidade ao processo produtivo, reduzindo custos por meio da racionalização dos processos produtivos e de gestão. Entre as especificidades desse novo modelo de produção e gestão destaca-se a adoção dos seguintes princípios: trabalho

organizado em célula de manufatura, kaizen, Just-in-time, kanban, programas de qualidade total, controle estatístico do processo e manutenção produtiva total (Martins, 1999).

A emergência de um novo padrão de industrial significou, principalmente, a expansão das tecnologias de base microeletrônica que impulsionou importantes setores, como por exemplo, o metal-mecânico (Castro, 1998). Para a autora, *“em contraposição à lógica fordista, o processo significou a criação de novas relações do trabalho, com base em mudanças nos processos produtivos, nos postos de trabalho, nas hierarquias ou no papel dos sindicatos, (...) com ênfase nas práticas participativas, acompanhadas da rigorosa administração do controle de produtos e processos”* (Castro, 1998, p. 7). Este novo padrão de produção difunde um novo “conceito de produção” ou de um novo modelo de “especialização flexível”, que leva a uma nova forma de pensar a divisão do trabalho e uma concepção renovada do lugar do indivíduo na organização (Hirata, 1997).

Para Hirata (1997), este modelo de produção flexível contrasta com a lógica de utilização da força de trabalho do taylorismo e fordismo, pois se tem uma divisão menos acentuada do trabalho, integração mais pronunciada de funções, onde a comunicação e a cooperação fazem emergir um novo paradigma organizacional. Este novo paradigma requer operários polivalentes e multifuncionais, onde a capacidade de julgar, discernir, intervir, resolver problemas e propor soluções, ou seja, a criatividade e a inovação dos mesmos são requeridas para a satisfação da exigência do processo de trabalho e de produção. Assim, as dimensões subjetivas e intersubjetivas no processo de trabalho tornam-se centrais para o modelo.

Ao realizar uma reflexão sobre a introdução dessas novas formas de gestão do processo de trabalho, Lima (1993a, p.22) afirmou que a expansão dessas novas políticas tem um forte impacto na saúde mental dos empregados, pois permitem *“na verdade o desenvolvimento de processos de exclusão e de auto-exclusão ao invés de facilitar ou de acompanhar a integração dos empregados, a democratização e a humanização das empresas, apesar de serem estes os conteúdos mais presentes no seu discurso”*. Para Martins (1999), há uma forte pressão exercida pelo capital na direção da apropriação dos saberes e fazeres dos trabalhadores, neste sentido o autor problematiza a questão da autonomia, em vista de que o controle e o domínio do processo de produção corresponde ao exercício de poder sobre os trabalhadores, sobretudo no que se refere ao controle do ritmo de trabalho.

Estas novas políticas de gestão participativas e o trabalho em grupo realimentam as esperanças dos trabalhadores em direção de um mínimo reconhecimento organizacional e social. Para Martins (1999, p. 17) é *“uma nova forma de controle e domínio sobre o trabalhador, que podemos definir como sendo um autocontrole, ao passo que o próprio trabalhador introjeta um conjunto de valores e de responsabilidades intimamente ligadas às necessidades do capital”*. Um exemplo é a avaliação de desempenho (Brito et al, 2001), pois apesar de ser considerada como um tratamento similar para todos na organização, onde todos são submetidos ao mesmo processo de avaliação, acaba funcionando como um meio de diferenciação, estabelecendo-se uma forte relação entre resultados e as recompensas/ punições. Desta forma, procura-se interiorizar nas pessoas códigos de conduta, que primam na maioria das vezes pelo aumento da produtividade e incentivo ao alcance de resultados, acarretando um processo de individualização.

Este processo de individualização é alavancado ao colocar-se o indivíduo no centro da discussão sobre empregabilidade, onde este reconhecimento poder ser perigoso, pois remete unicamente ao indivíduo a responsabilidade por sua qualificação (Hirata, 1997; Linhart, 2000; Oliveira, 2000; Rosa, 1998; Tolfo, 1999;). Neste sentido, Martins (1999) ressalta que além do trabalhador não ser o responsável pela crise que vive, ele acaba sendo um dos maiores prejudicados pela mesma. Ao que tudo indica, o modo de produção capitalismo está conduzindo o ser humano ao pior dos mundos, ao mesmo tempo em que é o único responsável pela qualidade dos produtos, é o mais afetado com as mudanças nos padrões de qualidade.

2.2. Novas relações de trabalho e subjetividade humana

As mudanças no mundo do trabalho, tanto objetivas (novas tecnologias de produção e gestão) como subjetivas (mudanças psicológicas e sociológicas da relação homem-trabalho) engendram modificações no significado do trabalho no contexto atual. O significado humano do trabalho, como fonte mesma de alegria criadora desaparece, restando apenas um “gesto mecânico e sem ressonância humana, o objeto domina sobre o ato de tal forma que o próprio ato vem a tornar-se objeto, a coisificar-se e como tal é tratado” (Vaz apud Tenório, 1997, p.70). Esta crescente despersonalização do homem em relação ao trabalho abstrai sua condição de homem de carne e osso, restando-lhe apenas a “fruição de um hedonismo narcotizante, sob a forma de aquisição compulsiva de bens” (Tenório, 1997, p.71).

O indivíduo, como forma de amenizar o conflito entre capital e trabalho, acaba por criar filtros (Martins, 1999), pois a dor provocada pela falta de sentido e significado do trabalho é compensada pela vinculação da realização de seus sonhos de cunho eminentemente materiais. Trata-se do sonho de consumo, de um poderoso filtro, que empurra os homens ao trabalho enjoadado e doloroso. Para Lima (1993a), estes filtros tornam-se claros a partir da adoção de uma comunicação paradoxal por parte dos trabalhadores, onde os mesmos procuram abrandar os conflitos através da esquematização da realidade a ponto de reduzir sua complexidade. Como consequência os indivíduos apresentam uma atitude de resignação perante as condições alienantes impostas pela empresa.

Além da contraditória relação entre capital e trabalho, os indivíduos são compelidos a outra contradição, entre empregabilidade e desemprego estrutural. Tal contradição torna-se evidente no discurso sobre autonomia, novas responsabilidades e qualificações que fazem parte das novas formas de produção e gestão, tanto como regras antecipadoras do desempenho como do comportamento dos trabalhadores (Rosa, 1998). Para essa autora, está em curso uma nova forma de governo dos homens, que repropõe o ideal político taylorista reformulado sob a união do agir e do pensar, construindo-se assim um “saber ser responsável”, ou seja, um ser totalmente responsável pelo seu sucesso.

Neste sentido, Oliveira (2000) procurou demonstrar que o recurso educação vem sendo referido como uma forma de responsabilização do trabalhador por sua empregabilidade, e também frente ao desemprego, como uma forma de aprender novas alternativas de auferir renda. As empresas buscam cada vez mais trabalhadores qualificados, comprometidos, em contrapartida estão estreitando os laços de confiança. Para resolver esta questão ambígua, as empresas se valem de uma gestão moderna a fim de mobilizar a subjetividade dos trabalhadores na busca de condições de legitimidade e de fiabilidade de suas ações junto aos mesmos (Linhart, 2000).

Martins (1999) ao problematizar as novas políticas de recursos humanos de cunho participativo frente à reorganização produtiva, e Lima (1993a, 1993b, 1993c) ao discutir as contradições entre o discurso e a prática das “novas políticas de recursos humanos”, consideram a reestruturação produtiva como sendo uma ação do capital no sentido de exercer um domínio sobre a subjetividade dos trabalhadores, a partir de um discurso “humanista” procuram minimizar a importância crucial dos resultados econômicos para o sucesso organizacional.

Lima (1993a) considerou duas dimensões do impacto das novas políticas de RH na subjetividade humana, a sociológica e a psicológica. Na dimensão sociológica, a autora observou um processo de individuação, através do carreirismo, da forte instrumentalização das relações interpessoais e da idealização da empresa (diminuição da capacidade de questionar e criticar suas ações). Tudo isso mediado por um sistema sutil de “autonomia controlada” e forte apelo às vantagens materiais-individuais através do discurso da harmonia de interesses. Como consequência, os indivíduos desencadeiam mecanismos de defesa, como o deslocamento da realidade (harmonia ilusória) através da formulação discursiva dos conflitos e das emoções de modo a controlá-las, ou seja, procura-se racionalizar os sentimentos, os afetos de modo a não entrarem em conflito com os valores materiais organizacionais (Lima, 1993b).

Na dimensão psicológica, Lima (1993a) destaca um duplo processo de exclusão. Primeiro porque somente poucos podem usufruir as vantagens, não sendo extensível a todos na empresa; e a segunda exclusão ocorre na forma de auto-exclusão, onde a auto-imagem dos trabalhadores reflete uma diferenciação aos demais trabalhadores. Assim tal relação com os outros dar-se-á sobre a um regime de desigualdade, isto é, “onde é

instaurada uma relação de superioridade/inferioridade, a instrumentalidade e a instrumentalização do outro, tornam-se praticamente inevitáveis” (Heller apud Lima, 1993b, p. 10).

As novas formas de controle são mais sutis e flexíveis justamente por fornecer incentivos simbólicos que envolvam os ideais, os desejos e as esperanças que motivam a ação dos trabalhadores (Martins, 1999). Para Pagès et al (1989, p. 141) a partir do deslocamento dos objetivos econômicos para o plano psicológico, *“o indivíduo é tomado por uma tentativa perpétua de superar-se. Para satisfazer esta ambição, ele aceita a escravidão”*. Além disso, quando há trabalho o sonho é financeiro, mas quando há desemprego este se torna pesadelo. Giddens (1991) está certo ao considerar o dinheiro como nossa principal “ficha simbólica” que media nossas relações sociais.

3.3. O desemprego como questão social: Estrutura do desemprego no Brasil

Após a discussão das mudanças no mundo do trabalho e suas influências na subjetividade dos indivíduos, aborda-se a questão do desemprego. Salienta-se que a percepção dos indivíduos quanto ao trabalho está intrinsecamente ligada ao tempo e ao espaço da sua construção social, e conseqüentemente reflete sua noção de não trabalho. Para Tolfo (1999, p.302-3) *“o sujeito que trabalha é o reflexo do momento histórico e, portanto, mutável e dotado de plasticidade”*. Aborda-se a emergência da categoria desemprego no contexto econômico e político, principalmente a partir da criação do vínculo de assalariamento e do desenvolvimento industrial, pois o desemprego não era problema para as sociedades primitivas, onde o trabalho não era encarado como uma esfera isolada da vida social.

Para que possamos compreender a gênese da categoria desemprego, Gautié (1998) ressalta que convém retornarmos a pré-história do desemprego. Para esse autor, a miséria e a pobreza existiram e existem em praticamente todas as sociedades, entretanto, a questão social do desemprego não se reduz à existência da pobreza. Esta questão surge quando os problemas sociais são representados como tal, ou porque são causados pelo sistema social e/ou porque colocam em perigo tal sistema. Pode-se distinguir nas sociedades ocidentais européias, a sucessão de duas problematizações em relação desta questão social. A primeira se estende do século XIV ao fim do século XVIII, e diz respeito à pobreza nas sociedades pré-industriais; a segunda, que domina o século XIX até hoje, refere-se ao pauperismo associado à industrialização, onde surge um trabalhador miserável cujo salário não permite levar uma existência decente.

Foi a partir da industrialização e da “virada liberal” (Revolução Industrial e Francesa) que a questão das relações de trabalho passaram a ocupar lugar de destaque nos estudos, principalmente, econômicos e sociológicos (Gautié, 1998). Porém muitas vezes os estudos realizados sobre o trabalho e o desemprego, principalmente pelo *mainstream* da economia e sociologia, consideram-os apenas como variáveis dentro do estudo das relações sociais, econômicas e políticas, e não como o principal problema a ser investigado, refletido e desconstruído (Piore, 1987).

O desemprego é bem mais do que o nome de uma realidade muito antiga, a falta de trabalho ou sua precarização, pois devemos refletir historicamente principalmente a partir da industrialização e sua ideologia. Para Gautié (1998), por detrás da questão do desemprego está a discussão sobre o direito ao trabalho. Para resolver esta questão fundamental entre o capital e o trabalho (regulação das relações de trabalho), a política (Estado) entra no jogo. Tanto para os reformadores como os conservadores, o desemprego passa a ser uma questão primordial.

A crise econômica ocorrida na década de 30, permitir o acabamento da construção do desemprego como categoria social, passando a ser alvo prioritário das políticas econômicas dos países desenvolvidos. O keynesianismo opera uma mudança na intervenção estatal na economia, a política do Welfare States e o crescimento econômico dos países desenvolvidos amenizam a questão do desemprego nestes países, criando-se um certo mito em relação ao trabalho e a segurança do Estado (Minerbo, 1999). Porém, a partir dos anos 70, a impossibilidade de manutenção do estado do bem-estar traz de volta o impasse quanto a falta de trabalho para o seio do capitalismo industrial (Santos, 2001), potencializado a partir da década de 80 com a intensificação das relações político-econômicas no mercado mundial, que acarretam uma nova divisão internacional do trabalho (Ianni, 1997).

Com as mudanças no mundo do trabalho, os indivíduos percebem e vivem estas mudanças. No Brasil, ocorrem mudanças na estrutura do desemprego a partir da década de 90, observa-se um inchaço do setor terciário e um aumento considerável das atividades informais e por conta própria. Estas mudanças acarretam uma diminuição do total de empregados assalariados e com registro no total de trabalhadores empregados. Percebe-se uma precarização das relações de trabalho no que tange aos benefícios e aos direitos adquiridos (Pochmann, 1999). Para esse autor, a segmentação do mercado de trabalho no Brasil, principalmente o aumento dos empregos precários, tem contribuído para o acirramento das desigualdades sociais, da exclusão de uma parcela da sociedade chamada “inimpregável”. Tais transformações têm repercutido no padrão de uso e remuneração da força de trabalho e no avanço da desregulamentação do mercado de trabalho, aumentando assim o grau de autonomia das empresas em detrimento do poder de barganha dos trabalhadores.

Conforme o IBGE (2002), as taxas de desemprego de 1991 a 2002, variaram entre 6 a 8%. Contudo, há uma grande discussão por parte dos pesquisadores quanto à metodologia de “desempregado”. Pois para o Dieese as taxas de desemprego variam, no mesmo período, em torno de 20%. É importante ressaltarmos que o mercado de trabalho brasileiro todos os anos não absorve os jovens que ingressam com idade de trabalhar.

No Brasil na década de 90, como resultado do novo modelo econômico de modernização, de sua abertura comercial, de sua política de juros altos, do acirramento da competitividade global, da ausência de financiamento para a produção e de políticas comercial defensiva, o emprego é transformado em uma das principais variáveis de ajuste das empresas. No setor público não foi diferente, devido ao ajuste orçamentário, o emprego passou a ser uma variável de ajuste das contas públicas. Assim, o emprego assalariado com registro no Brasil diminuiu de forma drástica (Pochmann, 1999).

Os processos de redução de pessoal, como forma de manter a competitividade e reduzir custos (aumentando a rentabilidade-produtividade), eram analisados como um processo passageiro para dar conta da crise da década de 90. Porém Caldas (2000) salienta que tais processos de enxugamento de pessoal passaram a ser utilizados como política de recursos humanos das empresas, como uma forma de manter os salários em níveis competitivos, principalmente os de menor qualificação. O acirramento da concorrência em virtude da globalização, das crises e conseqüentes quedas de produção, formam o pano de fundo das explicações, tanto conjunturais como estruturais, para os cortes de pessoal. Em pesquisa (IPEA, 2002) fica evidente que quanto maior a instabilidade da demanda por produto de um dado setor, quanto menor o custo de treinamento de um certo tipo de trabalhador e menor a quantidade de informação do trabalhador sobre a empresa, maior será a taxa de rotatividade.

Neste ambiente complexo e repleto de novos valores, o mundo do trabalho muda mais rápido que a própria subjetividade humana, acarretando um descompasso entre os valores atuais do trabalho (materiais) e os valores humanos. Estas incompatibilidades entre os valores do mercado, do trabalho e os pessoais, da família provocam o que Sennett (2000) chamou de “corrosão do caráter” dos indivíduos. Caldas (2000) afirma que há uma ambivalência, uma relação tênue entre os efeitos das demissões (psicológicos, emocionais, físicos, econômicos, profissionais, sociais, familiares e comportamentais), seus efeitos moderadores e o significado da perda do emprego, que devem ser considerados ao analisar-se os efeitos do desemprego na subjetividade humana.

Waters (2002), ao investigar experiências de demissão por vítimas de redução de pessoal ou despesas (retrenchment), percebeu que os mesmos sofriam impactos destas experiências em sua saúde psicológica. Mas principalmente, observou que sua repercussão variava conforme fosse os níveis de satisfação nos empregos anteriores, influenciando a sua capacidade de controle durante do desemprego e nas atividades de procura de um novo emprego. Os demitidos involuntariamente reagiam de forma mais negativa ao desemprego. No entanto, devemos considerar os casos em que o desemprego é “desejado”, pois muitas vezes um determinado trabalho acarreta mais distúrbios psicológicos-emocionais. Porém, a demissão voluntária não se efetiva, principalmente, pelas repercussões sociais e econômicas negativas que proporcionam ao indivíduo.

3. Perspectiva teórico-metodológica

O comportamento social humano é marcado por complexas redes de significados interligadas e ambivalentes, de forma as vezes paradoxal, combinando componentes racionais e não racionais, reais e autoconstruídos. Desta forma, utilizou-se a Teoria das Representações Sociais como aporte teórico-metodológico, na tarefa de desvendar a partir dos discursos de ex-operários as categorias acerca do significado da perda do emprego.

3.1. Teoria das Representações Sociais: processo de construção social da realidade

Em uma reconstituição histórica da Teoria das Representações Sociais (TRS), observa-se duas correntes teóricas representadas por F.H. Allport e por Serge Moscovici. Allport recebeu influências norte-americanas e, devido à sua escolha por Comte adota, assim, uma postura que estabelece uma ruptura com o passado. Utiliza-se de um modelo do indivíduo para explicar os fenômenos no âmbito coletivo, ou seja, para Allport apud Farr (1995, p.43) “*não há psicologia dos grupos que não seja essencialmente e inteiramente uma psicologia dos indivíduos*”. Nos estudos realizados por Serge Moscovici originaram-se na Europa, especificamente na França, e tem suas bases na Psicologia Social. Resgata em Durkheim o conceito de representações coletivas, buscando posicionar-se de forma oposta a Allport, perfazendo uma relação entre o passado e o futuro (Farr, 1995).

A teoria das Representações Sociais, segundo Guareschi e Jovchelovitch (1995, p. 17) “*vai buscar, tanto dentro da Psicologia como fora dela, as possibilidades de reconstrução teórica, epistemológica e metodológica*”, caracterizando-se assim como uma postura teórica interdisciplinar. Assim, as representações sociais trazem a tona à dimensão dos afetos, porque quando os sujeitos sociais empenham-se em entender e dar sentido ao mundo, eles também o fazem com emoção, com sentimentos e paixão.

Portanto, no processo de análise das representações sociais não é o indivíduo isolado que é tomado em consideração, mas a externalização de suas manifestações na realidade social em que esta inserido. Devemos analisar o contexto de sua produção, já que as palavras, sentimentos e condutas estão institucionalizadas em determinado espaço sociais, mediante a interação das pessoas (Spink, 1995). Podemos dizer que as representações sociais são uma forma de produção e propagação do conhecimento que se constitui no mundo da vida do cotidiano. É um modelo de conhecimento específico embasado no senso prático do saber comum, e possuem um caráter mutável (social e cultural).

Farr (1995) comenta que Moscovici procura justificar que diante da complexidade das sociedades modernas, poucas representações são verdadeiramente coletivas. Mas esse caráter mais localizado, específico e contextualizado das representações sociais, é que possibilita um rompimento da polarização entre o individualismo e o coletivismo. As representações sociais surgem na *re-construção* da relação do sujeito com o mundo, ou seja, na sua *re-construção* da realidade. Como destaca Jovchelovitch (1995, p. 78) *“o sujeito não está subtraído da realidade social, nem meramente condenado a reproduzi-la. Sua tarefa é elaborar a permanente tensão entre o mundo que já se encontra constituído e seus próprios esforços para ser sujeito”*. Por conseguinte, as RS são estruturas estruturantes que revelam o poder de criação e de transformação da realidade social (Spink, 1995).

A realidade vivida é expressa pelas representações sociais, que são construídas pelos atores sociais que, como sujeitos da sua própria história, se movem, constroem sua vida e a explicam. Para Minayo (1995), as representações sociais possuem núcleos positivos de transformação e de resistência na forma de conceber a realidade, demonstrando que a visão de mundo dos diferentes grupos expressa as contradições e conflitos presentes nas condições em que foram engendradas no sistema social. Ou seja, *“nelas estão presentes elementos tanto de dominação como de resistência, tanto de contradições e conflitos como do conformismo”* (Minayo, 1995, p. 109).

Para tanto, importa-nos a dinâmica social e política das representações quanto ao significado da perda do emprego para os ex-operários, numa realidade material processada socialmente. O pensamento político é uma forma reflexiva de atingir objetivos no âmbito do que Bourdieu (1989) chamou de *“mercados de bens de poder”* dentro dos campos simbólicos, especificamente dentro do campo político. A política nesse sentido se fundamenta como uma posição estratégica no contexto das relações dos sistemas institucionais, culturais e econômicos. A questão do desemprego ou mais especificamente da reflexão crítica das relações de trabalho no sistema capitalista, encontra nesse pressuposto de relações instituintes, um lugar social para sua ação, e, portanto de construção social desta realidade.

3.2. Metodologia e caracterização dos entrevistados

Sendo um estudo de natureza qualitativa, utiliza-se dos pressupostos do estudo de caso para fundamentar a pesquisa de campo (Richardson, 1999). Procurou-se desvendar as representações sociais dos indivíduos sobre o processo de demissão, sua percepção sobre o trabalho e os significados da perda do emprego. Foram entrevistados quinze demitidos, dos últimos três anos, de uma organização do setor metalúrgico situada no sul de Minas Gerais.

A amostra, constituída de quinze demitidos, foi intencional, satisfazendo os pressupostos da pesquisa qualitativa que não exige representatividade estatística e nem estabelecimento de coeficientes de fidedignidade para instrumentos de coleta de dados (Triviños, 1992). A população de demitidos da organização, segundo informações do sindicato dos metalúrgicos do município, era de 350 demitidos nos últimos três anos.

No trabalho de campo empregou-se a técnica de entrevista semi-estruturada, com auxílio de gravador, na tentativa de resgatar nos discursos dos demitidos, acerca do fenômeno investigado, as principais

representações por eles elaboradas (Bogdan & Bikklen, 1994). O questionário estruturou-se da seguinte forma: primeiro buscou-se informações da família, de experiências de trabalho, estudo, ou seja, dados pessoais e experiências de vida. Em seguida informações sobre o processo de demissão, o contexto do trabalho, os significados do trabalho e do desemprego, de forma a conduzir a entrevista mais para um bate papo, reduzindo o formalismo e diminuindo assim a interferência do pesquisador no conteúdo das falas dos demitidos.

Na construção das representações recorreu-se à técnica de análise de discurso, procurando-se interpretar o sentido da linguagem e o significado que sua expressão carregava, incluindo o modo como as palavras foram ditas, os gestos, as expressões faciais, o timbre de voz, entre outros aspectos sutis, mas de extrema importância na identificação das representações sociais (Spink 1995).

Quanto aos dados de identificação, serão utilizadas suas frequências, dando-se um panorama geral do conjunto dos entrevistados. Verificou-se que dos 15 entrevistados, 11 eram do sexo masculino e 4 do sexo feminino, correspondendo de forma parcial a divisão sexual na organização pesquisada, pois a totalidade dos entrevistados fazia parte do setor de produção. Também, pode-se observar que 10 eram casados e 5 solteiros, com idades variando de 22 a 53, com média de 34 anos. O tempo de trabalho variou de 1 ano a 11 anos, com média de 5,9 anos. Salienta-se que 5 sofreram o processo de contratação-demissão duas vezes.

Quanto às atividades realizadas após a demissão, observou-se que 4 abriram seu próprio negócio, 3 continuam parados (após término do seguro desemprego), 3 continuaram no setor metalúrgico e 5 estão trabalhando no comércio ou prestação de serviços. Salienta-se que 13 dos entrevistados declaram que seus rendimentos mensais reduziram após a demissão.

Para finalizar, o grau de escolaridade dos entrevistados variou de 1º grau incompleto a curso de 3º grau incompleto, onde 6 possuíam o 1º grau e 5 possuíam 2º grau.

4. Categorias das representações: o significado da perda do emprego

Finalmente, na apresentação dos resultados das análises dos discursos, as representações sociais foram subdivididas em três categorias que abarcam diferentes espectros da vida desses trabalhadores. Buscou-se desvendar as representações dos desempregados da Empresa X, com base nos seus respectivos processos de demissão, buscando-se compreender as similitudes e as diferenças a cerca dos significados atribuídos ao trabalho e ao desemprego. Verificou-se ainda suas implicações quanto a vida social (em família, amigos, ex-colegas), quanto a questão financeira, e as ações implementadas pelos mesmos como resposta a perda do emprego.

Para analisarmos as categorias que melhor traduzem as representações sociais dos entrevistados quanto ao significado da perda do emprego. Dividiu-se em três categorias as representações observadas em relação ao significado do desemprego: a) como perda da referência social; b) como fonte constante de pressão; c) como ameaça à cidadania.

4.1. O desemprego como perda da referência social

Procurou-se apresentar o significado do desemprego, onde constatou-se a presença do trabalho como elo de ligação lógico entre as representações do âmbito privado e público. Ao analisar-se os discursos, pode-se inferir que as principais categorias dos entrevistados acerca do trabalho, do processo de trabalho, do ato de trabalhar, estão relacionadas a um mesmo eixo, central nas representações sobre suas próprias vidas.

Deste modo, a pressão social e econômica sobre os desempregados exerce uma influência na forma desses indivíduos relacionarem-se com sua realidade, causando-lhe uma sensação de não pertencimento e de desvalorização pessoal.

“Na rua eu fiquei diferente, eu mesmo coloquei esta barreira, fui reduzindo o convívio,..., não dá, a gente fica pra baixo”. (R.14)

Nos mais diversos significados atribuídos pelos entrevistados, ficou evidente a importância do trabalho como meio de sobrevivência, ocupação, dignidade e retorno financeiro.

“Eu acho que o trabalho dignifica qualquer pessoa, foi um trabalho bastante importante na minha vida, fiz bastantes amizades, aprendi muitas coisas lá...” (R.6)

“..., o trabalho é, é um seguimento da vida, uma coisa que Deus deixou para a gente, a gente já nasceu para trabalhar, para poder viver com dignidade..., mas às vezes com o trabalho não dá para realizar os sonhos.” (R.2)

Observa-se nestes discursos a centralidade do trabalho, sendo responsável pela criação de valor de uso do trabalho, e por constituir-se como fonte originária, primária, de realização do ser social, da atividade humana, fundamento ontológico básico humano. Além disso, observa-se que muitos dos termos utilizados nos discursos dos entrevistados, fazem parte do próprio discurso da organização (palestras, cursos oferecidos pela empresa), indicando o quanto a organização esta inserida no mundo cotidiano dos entrevistados.

“Trabalho, homem e sociedade. O que isso significa? Isto significa que o trabalho é essencial depois da saúde”. (R.14)

O trabalho foi percebido como o organizador da rotina diária, dos horários, que possibilita ao indivíduo uma relação direta com o mundo, dando sentido as suas ações. *“é estranho, a gente acorda, e fica perdido, sem saber o que fazer..” (R.5)*. A falta do trabalho somente é sentida após a perda do mesmo, e é afetada, principalmente, pela forma que o trabalho era percebido antes da demissão.

No entanto, quando perguntados “o porque” de ter escolhido a empresa X para trabalhar, referem-se aos ganhos financeiros, dentre eles estão os benefícios, como plano de saúde, refeições, uniformes, um bom salário; seguido pela falta de opção na oferta de emprego da cidade.

“É uma empresa ótima em seus benefícios, convênio médico, honesta com o funcionário em condições de pagamento, não atrasa, é uma empresa muito boa”. (R.15)

“...no trabalho em geral, tem muita cobrança, e a remuneração não é tão boa assim, (...), a competição força as pessoas a aceitarem muitas condições desfavoráveis, (...), o operador é como um fusível, queimou você troca, e tem muitos... (R.1)

Verifica-se que o trabalho tem uma importância de cunho financeiro, o que corroborando com a afirmação que o dinheiro é nossa principal ficha simbólica de mediação de nossas relações sociais. As mesmas são responsáveis pela construção da ilusão de um poder econômico estável, mesmo que isso seja confrontado com um dos conflitos atuais das relações de trabalho, o desemprego.

4.2. O desemprego como fonte constante de pressão e sentimento de traição

Quanto a segunda categoria extraída dos discursos, observa-se que o desemprego é percebido como fonte de pressão constante, ou seja, é uma ameaça constante. *“a gente não sabe o dia de amanhã, hoje você está ali, amanhã você não sabe...” (R.4)*. Muitos relatam que ao verem na televisão notícias que sobre a crise global (bolsas de valores, crise na Ásia), dormiam preocupados com as repercussões na organização.

A situação do desemprego gerou sentimentos diversos na subjetividade das pessoas. Sentimentos como vazio, inutilidade, tristeza, desvalorização e baixa auto-estima foram predominantes. Porém sentimentos de revolta, traição e ausência de motivo que justificam a demissão fizeram parte dos relatos dos entrevistados. Tal processo de demissão se dá de maneira formal, e na maioria das vezes em massa.

“A falta do trabalho traz inutilidade, auto estima baixa, um preconceito de você não servir mais”. (R.14)

“Nossa! É horrível, não tem coisa pior. Até hoje é horrível (quase três anos), porque eu gostava muito, e como se tirasse algo de mim.”(R.12)

As reações psicológicas do desemprego nos entrevistados variaram bastante, alguns disseram que “já tinha isso na cabeça” ou “quem trabalha lá já sabe como que é”, mesmo assim, mostraram sentimentos de vazio, de decepção, de inconformidade. Este último sentimento mostrou-se presente em grande parte dos discursos. Percebe-se alguns indícios que quanto mais a pessoa falava bem da organização, mas ela sentia-se revoltada pela demissão.

“Na verdade foi uma surpresa muito grande porque ninguém esperava, até os próprios companheiros de trabalho ficaram muito surpresos porque não querendo encher minha bola, sempre fui um funcionário exemplar dentro da empresa, nunca cheguei atrasado, nunca faltei, nunca peguei um atestado, já teve vez de trabalhar fora de condição, mas sempre cumpri com as minhas obrigações...” (R.6)

“Não esperava ser mandado embora, não tinha motivo. Fiquei chocado na hora, depois caiu na real, ..., as coisas estão difíceis hoje em dia” (R.16)

Quanto a perspectiva de retornar a organização, muitas vezes percebe-se que tal expectativa gera angustias e por vezes dificulta a forma de agir na procura por outras alternativas. Outro fator que gera alguma

revolta quanto ao desemprego, é o fato dos demitidos perceberem o processo de demissão como sendo pouco equânime, pois *“muitas vezes quem fica são os puxa-sacos, aqueles que vivem na volta do chefe e que querem saber as coisa para contar pra ele...”* (R.1). Isto gera um sentimento de troca desigual, os trabalhadores doam-se e no momento da demissão vem seus esforços como desmerecidos, isto gera um sentimento de traição.

“Para mim o mundo caiu na minha cabeça, eu não esperava, achei que estava melhorando e de repente recebe uma notícia dessas, principalmente para um pai de família, me senti muito para baixo, não restando outra coisa a não ser se lamentar e pedir a Deus ajuda” (R.9)

A maioria dos demitidos atribuiu a fatores externos a organização pesquisada as causas pela demissão, em seus discursos lembravam as torres do WTC em Nova York, crises na Ásia e na Argentina, mas principalmente as mudanças ocorridas pela tecnologia no processo produtivo. Um respondente disse, ao ser questionado sobre o desemprego, o seguinte:

“o desemprego da medo, medo das incertezas, mas tudo é assim, a gente fica na expectativa sempre, você vê, veio um máquina lá da Argentina, e uma máquina mandou vinte homens embora, ..., toda a industria tá assim” (R.1)

Os discursos revelaram em relação a questão de segurança ou estabilidade no emprego, que tal questão é percebida como um fenômeno geral, global. Onde ressalta-se que muitas vezes os mesmos vinculam seu bom trabalho, a uma expectativa de produtividade, que os manterá em seus empregos. Assim, tornam-se “refêns”, principalmente, dos discursos de “ganhos iguais” ou “parcerias entre iguais”, que fazem parte dos programas de certificação de qualidade, que os impelem a cada vez mais buscar sua própria superação.

Outra dilema observado nos discursos refere-se a representação do papel ambivalente da família no processo de desemprego. Foi apontada tanto como fonte de apoio, incentivo para a superação, como também foi vista como um fator de “pressão e cobrança”.

“Eu senti a coisa apertando, porque esta aumentando minha casa ainda, lutava com umas dívidas porque eu tinha que ajudar minha mãe, minha família, eu pego muito com Deus, ele não me deixou desamparado, fiquei um ano parado, e daí minha mãe me ajudou, ela é aposentada...” (R. 11)
“É necessário o apoio da família, muita oração, muita calma para superar o desemprego”. (R.14)

Esta ambivalência irá potencializar-se com a escassez de recursos, gerando conflitos por não atender as necessidades da família. O desemprego gera uma incerteza dos valores, um abalo na identidade, causando distúrbios psicológicos e emocionais com esta ruptura, pois sendo o trabalho seu eixo orientador da ação social, principalmente nas mediadas pelo dinheiro, a falta do trabalho, inibi de certa forma a interação social.

3.3. O desemprego como ameaça à cidadania “econômica”

Nesta terceira representação, destaca-se a questão financeira, visto que as relações sociais estão cada vez mais mediadas pelo dinheiro. Mas as representações sociais verificadas, apesar de inseridas num contexto monetário, abarcam um sentimento mais amplo, o de não pertencimento a sociedade de consumo. Por isso, a falta do dinheiro impõe uma série de limitações, introjetadas pelos indivíduos, nas suas relações sociais e em suas re-construções da realidade.

“Fiquei um pouco estressado com o problema do desemprego... estou até hoje. O dia vai acabando, as coisas vão acabando e não tem de onde tirar”. (R.16)
“Tive problemas de saúde, baixa auto-estima, insegurança, senti derrotada, mudou o relacionamento dentro de casa, fiquei muito nervosa, brigava a toa com o marido, senti como uma inútil...” (R 8)

A importância da questão financeira foi caracterizada como uma ameaça à cidadania, aqui expressa mais em termos econômicos, e nem tanto quanto um fato político. Nas palavras de um entrevistado, fica claro esta situação: *“parece que o pobre, o trabalhador, só pode comer feijão e arroz (...) não dá para comprar uma coisinha diferente, não dá para visitar os parentes e nem comprar uma coisinha boa para os filhos”* (R. 4). O poder aquisitivo, a condição econômica é percebida como condição básica para uma vida justa e digna. Porém, ressalta-se que o termo cidadania empregado pelos entrevistados restringe-se ao âmbito econômico.

A questão financeira define a entrada do indivíduo na organização, faz o trabalhador agüentar muita pressão no trabalho. Entretanto, a questão financeira, está ligada diretamente a sua realização pessoal. Esta realização é determinada, na maioria das vezes, a partir da realização de seus sonhos materiais. Assim, o desemprego joga o indivíduo numa cilada, pois de uma hora para outra, os sonhos já não podem sequer ser sonhados.

“...tem uma boa remuneração, no Brasil todo mundo tá reclamando dos salários, para a cidade é um bom salário, nunca atrasa, tem um bom plano de saúde, alimentação, transporte. ...Imagina em São Paulo, aquela loucura, e tem mais, tem uma participação nos lucros, é duas vezes ao ano, no meio e no fim. É para todos, do chefe ao operador pé de chinelo, isso pesa bastante. Mas tem também, quando diz que trabalha na empresa X as pessoas dizem, tu ganha mas rala. A empresa X tem disso [certificação ISO 14000] do meio ambiente, ela é muito cobrada e por isso cobra muito dos funcionários.” (R.1)

Podemos perceber que os benefícios causam um impacto na subjetividade dos entrevistados, principalmente aqueles vinculados a metas de produtividade. Os benefícios fazem com que sejam relativizados a sua relação com o trabalho e os conflitos inerentes deste, onde gradativamente tendem a serem naturalizados e vistos como imutáveis. A participação nos lucros além de ser algo material, serve também como amortecedor das tensas negociações por reposição salarial, referendando o discurso da igualdade.

“ Quando você está empregado você se torna independente, na sua vontade de consumo, ser benéfico a alguém, a você mesmo. Hoje não tenho esse poder de consumo, como almejar compromissos de algo mais para o futuro. O desempregado não é nada, não tem poder de aquisição.” (R.15)

Observou-se também que para os solteiros a representação sobre a questão financeira resumia-se predominantemente a aquisição de bens de consumo. Entretanto, para os casados, essas representações davam-se principalmente quanto ao sustento da família, aquisição da casa própria, e saúde e educação dos filhos.

A casa própria tem um significado muito importante, principalmente para os casados, que mexe com o imaginário das pessoas, pois a casa é um abrigo, algo conquistado com o trabalho. Observa-se que representa proteção em um momento de desamparo e incertezas.

“...fico muito agradecida a empresa X, porque no tempo que trabalhava lá pude arrumar minha casinha, não tá pronta, mas melhorou muito. O aluguel é um dinheiro morto, jogado fora, no desemprego que fui dá mais valor ao que economizo todo mês...” (R.4)

Além da casa própria, outra preocupação, principalmente dos casados, é com a saúde, da família e/ou dos pais. O plano de saúde pesa no momento da demissão, mostrando-nos o problema da saúde pública no Brasil, e o status que consiste em você ter plano de saúde privado.

“Mudou muita coisa, porque lá na empresa X eu tinha mais conforto tinha mais condições, as coisas materiais que eu precisava tive que cortar muita coisa. Minha esposa (na época) sentiu muito, precisa muito de mim, precisa muito de médicos até hoje, ela tem problema de pulmão.” (R.11)

Muitos entrevistados consideraram que o desemprego afastou-os dos amigos, diminuiu suas relações sociais. Principalmente pelo sentimento de inferioridade gerado, mas também pelo simples fato que não poderem mais oferecer festas, chamar para tomar um café, fazer um passeio diferente porque o lazer, nestes momentos, passa a ser supérfluo. Assim, o desemprego impossibilitou-os de manter seu padrão de vida e os seus contatos anteriores. Alterando-se assim toda uma sequência dos fatos outrora previsíveis, alterando sua relação com o mundo e consigo mesmo.

5. Considerações finais

A discussão sobre o as mudanças no mundo do trabalho deve ser ampliada, várias ciências devem participar desta reflexão: a economia, a sociologia, a psicologia, a administração, a antropologia. A interdisciplinaridade faz-se necessária em virtude da complexidade e fragmentação da ciência e da realidade social. Urge encontrarmos novos horizontes que possam vislumbrar uma nova construção ou re-construção da realidade social. Para tanto, o desemprego, não deve ser considerado apenas uma externalidade do sistema capitalista contemporâneo, mas como também uma crise de valores e crenças quanto nossa “realização pessoal”

e valores pessoais. Desta forma, corrobora-se com o termo “corrosão do caráter” cunhado por Sennett (2000), onde o ambiente de trabalho contemporâneo, com ênfase nos trabalhos de curto prazo, na execução de projetos e na flexibilidade, não permite aos indivíduos desenvolver experiências ou construir narrativas coerentes para suas vidas. E, mais importante, esta nova forma de trabalho impede a formação do caráter e de uma certa linearidade de suas vidas.

Este trabalho teve por objetivo investigar os significados da perda do emprego para os indivíduos, tomando-se por referência os fundamentos teórico-metodológicos da teoria das representações sociais, e também algumas reflexões sobre a reestruturação produtiva e subjetividade humana. O significado da perda do emprego para o indivíduo é guiado por suas representações sobre o trabalho, para tanto, através da desconstrução dos discursos das categorias trabalho e desemprego, pode-se observar outras categorias importantes para o estudo das mudanças do trabalho e a subjetividade humana.

Pode-se inferir que o trabalho é o eixo central que orienta suas ações sociais, que promove um elo entre a realidade e a subjetividade humana. Pode-se vincular a subjetividade humana a realidade do trabalho e do seu cotidiano social. O trabalho é responsável pela manutenção da vida, pelo fato de ser o único modo de trocar das atividades humanas por dinheiro. O dinheiro é o elo entre o indivíduo e a realidade socialmente construída. Assim, a questão financeira, os benefícios são filtros utilizados pelo indivíduo como forma de neutralizar toda a comunicação paradoxal e os conflitos existentes no campo da organização.

O significado do desemprego representa perdas em vários sentidos: uma perda de identidade com o ideal de ego, perda do poder de consumo, perda de referências, de contatos e perda de auto-estima. Os efeitos sobre a subjetividade humana tendem a ser alavancados por sentimentos de revolta e traição, que são desencadeados nos desempregados, após um processo comparativo, entre suas contribuições para a empresa (trabalhar duro, ser pontual, nunca faltar) e a reação da empresa (demissão rápida e sem justa causa).

A família aparece de forma ambígua, pois tanto pode ser fator de apoio/ajuda, como também de pressão/preocupação. Dependendo da estrutura familiar, quanto ao relacionamento equilibrado e financeiramente estável, a mesma pode ser uma ajuda, contudo observou-se que há sempre uma preocupação extra, pois o desemprego acarreta a precarização das condições de cuidar da saúde e da educação da família.

As relações sociais e o trabalho estão cada vez mais impregnados de valores monetarizados, há uma crescente instrumentalização das relações no âmbito do trabalho, há uma falta de confiança no trabalho. Desta forma, a questão financeira denota no desemprego um estigma maior ainda de sofrimento, de exclusão, de não pertencimento. Esta monetarização das relações, para Grün (1999, p. 323) evidencia que as visões de mundo dos gerentes e engenheiros “caracterizavam um ponto de vista ‘hierárquico’ sobre as relações internas às organizações e sobre a sociedade”, ou seja, uma visão de concorrência nas relações sociais, que esse autor chamou um ponto de vista “individualista ou financeiro”.

Urge a desconstrução da questão desemprego, de maneira que possamos instituir um movimento de ruptura das atuais representações sobre o trabalho, procurando-se saídas ao impasse imposto pelo capitalismo à sociedade. Para Méda apud Minerbo (1999, p. 6), é preciso “desencantar o trabalho”, relativizar nossos mitos sobre ele, justamente inventando e acreditando, a partir do imaginário radical, novas concepções e sentidos tanto para o trabalho, como para o que entendemos por “realização pessoal”. Devemos, portanto, conceber conceitos alternativos para nossos espaços públicos e modos de reprodução humana, para que surjam novos modos valorizados de socialização, de expressão individual e de constituição da identidade, que possam contemplar uma nova ordem social. Urge construirmos socialmente novas atividades regidas por outra lógica, outra racionalidade, com novos conceitos de trabalho, fora da atual concepção de mercado e de Estado, postas a serviço de outros fundamentos sociais e políticos (Santos, 2001).

5. Referências bibliográficas

- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3.ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.
- BOGDAN, R.C.; BIKLEN, S.K. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.
- BRITO, M. J. ; BRITO, V. G. P.; CAPPELLE, M.C.A.Avaliação de desempenho e a liturgia do poder disciplinar em análise. **Revista de Administração Pública**, FGV, Rio de Janeiro, v.35, n.4, jul/ago 2001.
- CALDAS, M. P. **Demissão**: causas, efeitos e alternativas para empresa e indivíduo. São Paulo: Atlas, 2000.
- CASTRO, R. C. A gerência pela Qualidade Total – um campo social. **Caderno de Filosofia e Ciências Humanas**. Ano VI, n.10, abril 1998. p. 7-17.
- FARR, R.M. Representações sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. **Textos em representações sociais**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p.31-59.
- GAUTIÉ, J. Da inversão do desemprego à sua desconstrução. **Mana**, Rio de Janeiro, out/1998, v.4, n.2.

- GUARESCHI, P.A.; JOVCHELOVITCH, S. **Textos em representações sociais**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.
- GRÜN, R. Trabalho gerencial, cognição e mudanças organizacionais. VI Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, Belo Horizonte, 1999. **Anais...** – São Paulo, ABET, 1999.
- HIRATA, H. Os mundos do trabalho: convergência e diversidade num contexto de mudanças dos paradigmas produtivos. In: CASALI, A et al. (orgs.) **Educação e empregabilidade**: novos caminhos da aprendizagem. São Paulo: EDUC, 1997.p. 23-42.
- IANNI, O. **Teorias da Globalização**. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Taxa média de desemprego aberto - ajuste sazonal. Disponível [Online] em http://www1.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pmesazonal/pme1991_2002_original_sztm.shtm. Acessado em 28 de novembro de 2002.
- JOVCHELOVITCH, S. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, P.A.; JOVCHELOVITCH, S. **Textos em representações sociais**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p.63-85.
- LIMA, M.; E. A. Novas políticas de Recursos Humanos: seus impactos na subjetividade e nas relações de trabalho. In: XVII ENANPAD, 1993, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPAD, 1993a.
- _____. As novas políticas de pessoal e a saúde mental dos gerentes. In: XVII ENANPAD, 1993, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPAD, 1993b.
- _____. Programas de “Qualidade Total” e seus impactos sobre a Qualidade de Vida no Trabalho. In: I congresso Latinoamericano de Sociologia do Trabalho. **Anais...** 1993c.
- LINHART, D. O indivíduo no centro da modernização das empresas: um reconhecimento esperado mas perigoso. In: **Trabalho & Educação** (Revista do NETE), jul/dez 2000, n.7. p.24-36.
- MARTINS, J. F. G. Vivências e experiências dos trabalhadores nos processos participativos: a busca do sentido da vida. VI Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, Belo Horizonte, 1999. **Anais...** – São Paulo, ABET, 1999.
- MINAYO, M.C. de S. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, P.A.; JOVCHELOVITCH, S. **Textos em representações sociais**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p.89-111.
- MINERBO, M. Inconsciente: um esgate de sua dimensão social-histórica. **Psicol. USP**, São Paulo, 1999, v. 10 n.1. p. 335-45.
- OLIVEIRA, D. A. Flexibilização nas relações de trabalho e emprego e o recurso à educação. In: **Trabalho & Educação** (Revista do NETE), jul/dez 2000, n.7. p.158-74.
- PAGÈS, M.; BONETTI, M.; GAULEJAC, V.; DESCENDRE. As práticas de poder na gestão dos Recursos humanos. In: **O poder nas organizações**: a dominação das multinacionais sobre os indivíduos. São Paulo: Atlas, 1989.
- PIORE, M. J. Historical Perspectives and the Interpretation of Unemployment. **Journal of Economic Literature**. Vol. XXV, December 1987. p. 1834-50.
- POCHMANN, M. Estudo traça o novo perfil do desemprego no Brasil. **Revista do Legislativo**, abr/dez 1999. p. 38-47.
- RICHARDSON, R. J (et al). **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.
- ROSA, M. I. Do governo dos homens: “novas responsabilidades!” do trabalhador e acesso aos conhecimentos. **Educ. Soc.**, v.19, n.64, set. 1998, p.130-47.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 7.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SENNETT, R. **A corrosão do caráter**: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 4.ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SORJ, B. Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n.43, jun. 2000.
- SPINK, M.J. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das Representações Sociais. In: GUARESCHI, P.A., JOVCHELOVITCH, S. (orgs.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. p.117-145.
- TENÓRIO, F. G. O trabalho numa perspectiva Teórico-crítica: um exercício conceitual. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v.4, n.10, set/dez 1997. p.59-74.
- TRIVIÑOS, A.N. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1992.
- TOLFO, S. R. As possibilidades de crescimento dos sujeitos que trabalham em organizações sujeitas à reestruturação produtiva. VI Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, Belo Horizonte, 1999. **Anais...** – São Paulo, ABET, 1999.

WATERS, L. E. Psychological reactions to unemployment following retrenchment. Human Resource Management, Employee Relations and Organisation Studies. n.10, Melbourne. Disponível [**Online**] em <<http://www.management.unimelb.edu.au/research/wph10.pdf>> Acesso em 11 dezembro 2002.